

## Os Princípios da Legalidade e da Capacidade Contributiva no Direito Tributário

### Autor(res)

Renata Apolinário De Castro Lima  
Elias Lourenço De Souza Junior  
Thiago Ribeiro De Carvalho  
Renato Horta Rezende  
Cintia Batista Pereira  
Stephanie Janaina De Oliveira Gomes

### Categoria do Trabalho

2

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

No campo do Direito Tributário, os princípios da legalidade e da capacidade contributiva são fundamentais para a construção de um sistema fiscal justo e equilibrado. O princípio da legalidade garante que a exigência de tributos só pode ocorrer mediante lei, protegendo o contribuinte de arbitrariedades fiscais. Já o princípio da capacidade contributiva assegura que os tributos sejam proporcionais à capacidade econômica do cidadão, promovendo uma distribuição mais equitativa das obrigações tributárias. Este estudo visa examinar esses dois pilares sob a ótica da legislação brasileira, bem como suas implicações práticas na sociedade e no desenvolvimento de políticas fiscais. A análise desses princípios é crucial para compreender como o Estado exerce seu poder de tributar de forma justa e equilibrada.

### Objetivo

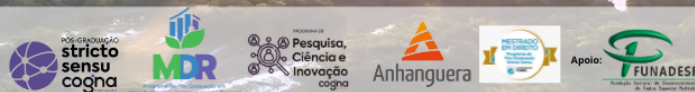
O objetivo deste estudo é analisar os princípios da legalidade e da capacidade contributiva no Direito Tributário brasileiro, investigando seus fundamentos teóricos e sua aplicação prática na legislação fiscal.

### Material e Métodos

A pesquisa foi baseada em uma revisão bibliográfica de doutrinas jurídicas, jurisprudências e normas constitucionais, com foco no Direito Tributário brasileiro. Utilizou-se a Constituição Federal de 1988 como principal fonte normativa, especialmente seus artigos que tratam da tributação. Além disso, foram examinados estudos doutrinários de juristas renomados para entender a interpretação e aplicação dos princípios da legalidade e da capacidade contributiva ao longo do tempo. A análise crítica dessas fontes foi feita com o intuito de discutir a eficácia desses princípios na promoção de uma justiça fiscal e a sua aplicação prática nas decisões judiciais.

### Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa apontam que o princípio da legalidade continua sendo uma pedra angular no sistema tributário, servindo como um mecanismo de controle sobre o poder estatal de tributar. No entanto, o princípio da



capacidade contributiva enfrenta desafios na sua aplicação efetiva, principalmente em razão das desigualdades sociais e econômicas presentes no Brasil. Enquanto a legalidade impõe uma limitação formal, a capacidade contributiva é uma exigência material que, na prática, muitas vezes é ignorada em tributações indiretas que afetam desproporcionalmente os mais pobres. A pesquisa também revelou a necessidade de uma maior harmonização entre esses princípios e a realidade econômica do país, para garantir uma tributação mais justa e eficaz.

## Conclusão

Conclui-se que, embora o princípio da legalidade seja bem consolidado no Direito Tributário brasileiro, o princípio da capacidade contributiva ainda carece de uma aplicação mais concreta e eficaz. A busca por um sistema tributário que efetivamente reflita a capacidade econômica dos contribuintes é essencial para a promoção de uma justiça fiscal que seja sensível às desigualdades sociais do Brasil.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 10 set. 2024.

C ó d i g o T r i b u t á r i o N a c i o n a l ( 2 0 0 7 ) . Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/CodTributNaci/ctn.htm> (Acesso em 10/09/2024).

Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988, Hugo de Brito Machado. Imprensa: São Paulo, Dialética, 2004.

Direito tributário brasileiro, Luciano Amaro. Imprensa: São Paulo, Saraiva Jur, 2019.